

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni - Dezembro de 2017

**TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
Desafios para a inclusão escolar**

Naiana Rodrigues da Silva¹; Rivani Lopes Negreiros^{*2}; Alcilene Lopes de Amorim Andrade³

Resumo

Este trabalho aborda o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na Educação Infantil considerando a necessidade de estratégias educativas ou padrões metodológicos que sejam eficazes para incluir em uma sala regular os alunos com esse diagnóstico. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) e a Constituição Federal (1988), toda criança tem direito à educação, preferencialmente na rede regular de ensino. O presente artigo tem como objetivo identificar as possibilidades de inclusão da criança que apresenta transtorno do espectro do autismo (TEA) na educação infantil, na escola regular. A metodologia utilizada consiste em uma revisão de literatura, descritiva quanto aos fins e qualitativa quanto à abordagem do problema. Indivíduos com este transtorno do neurodesenvolvimento infantil (TEA) apresentam dificuldades na interação social, comunicação, padrão de comportamento restritivo e repetitivo, podendo apresentar também sensibilidades sensoriais. Sabe-se que a educação inclusiva é um ato de acolher todo o indivíduo independente de sua diferença na rede regular de ensino e é recomendada à nível mundial e nacional. Assim sendo, os professores e a escola devem se preparar para receber este aluno de maneira a contribuir para o seu desenvolvimento, entendendo a necessidade de um olhar diferenciado pelos educadores em sala de aula, no sentido de buscar alternativas educativas que venham a atender estas crianças tanto no aspecto cognitivo, afetivo, quanto na interação com os colegas. Julga-se necessário verificar os desafios enfrentados pela escola ao incluir um aluno com TEA na educação infantil e as práticas pedagógicas que colaboram com um melhor trabalho efetivo em sala de aula incluindo o mesmo nas atividades escolares.

Palavras – chave: Transtorno do Espectro do Autismo. Educação Infantil. Inclusão.

Abstract

¹ Acadêmica do 7º período do Curso de Pedagogia da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni. E-mail: nayanarodrigues15@gmail.com

² MSc. Em Ciências da Educação Superior, Especialista em História Econômica e Sociologia, graduada em História, Ciências Sociais e Direito, Professora na Faculdade Presidente Antônio Carlos – Teófilo Otoni, email: rivaninegreiros@bol.com.br

³ Professor (a) Graduada em Pedagogia e Psicologia, pós-graduada em Psicologia Clínica, Mestre em Educação. Professora de Psicologia Jurídica na FUPACTO _ E-mail: alcileneaguia@hotmail.com

This work addresses the Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education considering a need for educational strategies or methodological standards that are requirements for the program in a regular classroom students with this diagnosis. According to the Law on the Guidelines and Bases of National Education (LDB nº 9394/96) and a Federal Constitution (1988), every child has the right to education, preferably in the regular network of education. The present article aims to identify the possibility of inclusion of children with autism spectrum disorder (ASD) in early childhood education in the regular school. A methodology used in a literature review, descriptive as to purposes and qualitative as to approach the problem. Individuals with this sophisticated neurodevelopmental disorder and social interaction, communication, behavioral pattern and repetitive, may also have sensory sensitivities. It is known that inclusive education is an act of welcoming every individual independent of their difference in the regular network of education and is recommended at the global and national level. Thus, teachers and the school should prepare themselves to receive this student in order to contribute to their development, understanding the need for a differentiated look by the educators in the classroom, in the sense of looking for educational alternatives that will serve these children both in the cognitive and affective aspects, as well as in the interaction with colleagues. It is considered necessary to verify the challenges faced by the school when enrolling a student with ASD in early childhood education and pedagogical practices that collaborate with the best effective work in the classroom including the same in school activities.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Child education. Inclusion.

1 Introdução

Esse trabalho aborda o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na Educação Infantil: Desafios para a inclusão escolar e foi escolhido mediante a necessidade de estratégias educativas ou padrões metodológicos que resultem eficazes para incluir em uma sala regular os alunos diagnosticados com TEA.

O educador se vê frente a desafios para desempenhar um trabalho que tenha um resultado satisfatório em relação ao ensino-aprendizagem quando se refere à escola inclusiva e que têm aluno com Transtorno do Espectro do Autismo na educação infantil. Em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) e a Constituição Federal, toda criança tem direito a educação independente de sua diferença, daí a inserção da criança com TEA na escola regular e ainda receber uma educação que respeite a sua diferença e preocupe com a promoção do seu desenvolvimento intelectual e social.

O objetivo deste trabalho consiste em identificar as possibilidades de inclusão da criança que apresenta Transtorno do Espectro do Autismo na educação infantil,

na escola regular e em atenção ao objetivo proposto levantou-se a pergunta problema: Como a escola deve se organizar no sentido de atender a criança com Transtorno do Espectro do Autismo e proporcionar o seu desenvolvimento cognitivo e social?

O desenvolvimento do artigo deu-se com uma parte introdutória seguida de conceitos sobre o Transtorno do Espectro do Autismo entendendo que uma escola aberta à diversidade preocupa com o desenvolvimento de cada aluno e que o aluno com TEA necessita de uma atenção que considere suas alterações de interação social, comunicação e condutas ou repertórios repetitivos, entre outras alterações que serão analisadas no decorrer do trabalho.

Quanto à Educação infantil, foram estabelecidos conceitos legais para que o leitor possa se situar em qual a etapa escolar que está sendo tratada a preocupação da escola para receber a criança com TEA, e em um último momento, o artigo dedica um estudo apontando alguns dos rumos para uma escola inclusiva em atenção à criança com TEA.

A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura, a partir de estudo de artigos científicos, vídeos e livros de autores como LEBOYER, NEGRINE, BUENO, ESTACHESKI, CREMA entre outros.

2 Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)

Faz-se imperativo entender o Transtorno do Espectro do Autismo a partir de conceitos que foram estabelecidos depois de diversificados diagnósticos. Um conceito edificado é que “o autismo é um distúrbio de desenvolvimento que compromete severamente a comunicação social, comportamentos restritivos e repetitivos que de fato se iniciam nos primeiros anos de vida”. (DSM-V, 2014, p. 94).

Esta conceituação parte de elementos clínicos associados a alguma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental ou a outro transtorno do neurodesenvolvimento, mental ou comportamental, portanto, no decorrer dos estudos sobre o TEA, outros conceitos foram estabelecidos a partir de análises sociais e comportamentais.

Leboyer (2009, p.7-9) destaca que: “o autismo é um distúrbio de desenvolvimento a tal ponto complexo que nenhum modelo, nenhuma abordagem

clínica, metodológica ou terapêutica poderia, por si mesmo abranger a verdade”. Entretanto, o autor ressalta que as primeiras publicações sobre o autismo foram dadas por Leo Kanner (1943) no artigo intitulado: “Distúrbios autísticos do contato afetivo” Nesse artigo, Kanner fez um estudo baseado em 11 crianças que apresentavam características individuais em relação às demais síndromes, e também observou que nessas crianças, havia uma inabilidade no relacionamento interpessoal, um atraso na aquisição da fala e do uso não comunicativo da mesma, ressaltou também que o surgimento dos sintomas aparecia nos primeiros anos de vida.

Pode-se então compreender que a criança com TEA, além de apresentar um comportamento singular em relação às que não apresentam esse transtorno, existe uma variação de gradação que vai do nível leve ao grave e comumente com uma dificuldade de relacionamento que merece um olhar diferenciado pelos educadores em sala de aula, no sentido de olhar e buscar alternativas educativas que venham a atender estas crianças tanto no aspecto cognitivo quanto na interação com os colegas.

Segundo Kanner (1943 *apud* Marion Leboyer, 2005, p.9):

São chamadas autistas as crianças que tem inaptidão para estabelecer relações normais com o outro; um atraso na aquisição da linguagem e uma incapacidade, quando ela se desenvolve, de lhe atribuir um valor de comunicação. Essas crianças apresentam igualmente estereotípias gestuais, uma necessidade imperiosa de manter imutável seu ambiente material, ainda que deem provas de uma memória frequentemente notável.

Baptista; Bosa, e Cols (2002), destacam que Kanner (1943) e Asperger (1944) foram os primeiros a publicar sobre o autismo, os quais forneceram relatos importantes dos casos que acompanhavam sobre essa síndrome até então pouco conhecida. Asperger acreditava que seus conceitos sobre a síndrome eram um pouco diferentes dos de Kanner. Identificou nas crianças que observava certa dificuldade que elas tinham em conseguir fixar o olhar, durante situações sociais, observou também que em algumas havia a presença do olhar periférico e breve, chamou atenção para as peculiaridades dos gestos e da fala.

Destacou também a dificuldade que os pais tinham em identificar nas crianças esses comprometimentos nos primeiros anos de vida. Havia sim, algumas

similaridades que tanto Kanner quanto Asperger identificaram que foram nas dificuldades do relacionamento interpessoal e na comunicação como características mais graves do caso, porém, Asperger também sugeriu a hipótese de um transtorno profundo do afeto ou “instinto”. Ambos empregaram o termo autismo. (BAPTISTA, BOSA, e COLS, 2002).

Assim sendo, pode-se dizer que o Transtorno do Espectro do Autismo é uma síndrome complexa, pois, apresenta uma variedade de sintomas, o que acaba dificultando encontrar seu verdadeiro conceito. Apesar das pesquisas que vem sendo realizadas por diversos pesquisadores, seu conceito vem se ampliando, tanto que hoje sabe-se que existem diferentes graus de TEA.

2.1 Características do TEA em crianças

Sendo o Transtorno do Espectro do Autismo, uma síndrome singular, com particularidades bastante específicas a essas pessoas, vale aqui citar as suas principais características.

Conforme cita no DSM V (2014), as crianças com TEA apresentam dificuldades constantes na comunicação social e na interação social em vários contextos, tem dificuldade para estabelecer uma conversa convencional, expressar emoções ou afeto, além de apresentar padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Schwartzman e Varella (2014) reportam que existem pessoas com transtorno do desenvolvimento que apresentam enorme dificuldade de relacionamento social, e que, para elas o olhar dos outros, os sons, os movimentos e o falatório provocam um curto circuito que as deixam desorientadas e inseguras. TEA é um transtorno desse tipo, pois, a rede de neurônios que coordena no cérebro a comunicação e os contatos sociais está organizada de uma forma completamente diferente. Os autores ainda enfatizam que essas formas inusitadas de organização podem criar na criança com TEA habilidades especiais surpreendentes, pois, essas crianças observam o mundo de uma forma fragmentada e são extremamente sistemáticas.

Conforme NEGRINE; MACHADO 2004, p.26;

Não raramente as crianças autistas aprendem a ler espontaneamente e com pouca idade. Entretanto, fazem a leitura de maneira mecânica, sem entender o significado das palavras, outras

entendem o material lido. Também não é raro que aprendam a falar e a entender uma segunda língua de forma espontânea. Pela presença dessa e de outras habilidades, é que Schwartzman diz que alguns autistas jovens podem ser confundidos com crianças superdotadas.

Negrine e Machado (2004) reportam que, as crianças com diagnóstico de TEA apresentam algumas evidências no comportamento, tais como: restrição na comunicação verbal, pouco contato visual com os demais, e marcha na ponta dos pés. Os autores enfatizam que algumas crianças além de apresentarem essas características, apresentam também, movimentos corporais artificiais, e que estas manifestações variam de criança para criança.

Assim, a escola, na educação infantil, deve se organizar no sentido de atender crianças com TEA, ofertando aos professores e demais componentes da comunidade escolar subsídios para um trabalho inclusivo e com produtividade. No caso da atenção à criança com TEA, as orientações necessitam ser pertinentes tanto ao desenvolvimento cognitivo quanto a um envolvimento social, neste caso, com elevado respeito à diferença do aluno, que por circunstâncias neurológicas tem a sociabilidade comprometida.

Daí fez-se necessário neste trabalho, conceituar a educação infantil, suas características e a etapa a que esta compreende na escola, para que se possa situar nas condições da faixa etária, condições psicológicas e sociais em que se encontram as crianças antes de apontar possibilidades para trabalhar com crianças na educação inclusiva fazendo um destaque para a inserção de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil na escola regular.

3 Educação infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 (zero) á 5 (cinco) anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Na continuidade desta definição, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208 inciso IV afirma que a Educação Infantil em creche e pré-escola ás crianças até 5 (cinco) anos de idade é dever do Estado. (BRASIL, 1996)

A Educação infantil é uma etapa em que a escola tem influência decisiva em orientações acerca de valores, princípios morais e encaminhamento para reflexões psicológicas, intelectuais e sociais em um grupo que está fora da família, daí a necessidade de um empenho que gere comportamentos positivos e inclusivos para a convivência social.

Conforme Ferrari (2008), Froebel (1782-1852) foi um dos primeiros educadores a levar em consideração de que o início da infância é uma fase de importância decisiva na formação das pessoas. Como fundador dos jardins de infância Froebel acreditava na ideia de que a criança é como uma planta em sua fase de formação, exigindo cuidados periódicos para que possa crescer de maneira saudável. Para ele era importante investir em uma educação que treinasse e valorizasse as habilidades, capacidades que as crianças já possuem e o surgimento de novas.

Bueno; Estacheski; Crema (2016), entendem o papel da educação infantil como fundamental para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e da aprendizagem, o que faz compreender que nesta etapa é fundamental o envolvimento das crianças em conceitos e atitudes que as possibilitem a compreensão e a valorização das diferenças.

Neste aspecto, o trabalho na escola inclusiva com a presença de alunos com Transtorno do Espectro autista que em geral se manifesta nos primeiros anos de vida e frequentemente estão associados com algum grau de deficiência intelectual, precisa ser seguido de uma orientação adequada, tanto para professores, funcionários, ou seja, toda a comunidade escolar, para que possam acolher de forma significativa esta criança.

4 A escola inclusiva orientada para atender crianças com TEA na educação infantil.

Entendendo que escola inclusiva consiste naquela que atende a todos os alunos sem distinção, além de assegurar e proporcionar meios de acesso e permanência na escola à criança e ao adolescente bem como seu pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania, é importante que se reflita e pratique

o seu real objetivo, promovendo mudanças e flexibilidade na construção de propostas pedagógicas e na organização escolar.

Lourenço (2010) ressalta que mais uma vez a sociedade está passando por um momento na história da educação brasileira, onde a escola se vê frente à necessidade de se transformar em uma escola inclusiva que acolha de forma significativa cada criança. A autora ainda enfatiza que não é possível criar uma receita para uma escola inclusiva, pois pensar em uma forma padrão de educação para a diversidade seria um passo em vão, seria o mesmo que vedar os olhos para as diferenças.

Segundo a Lei Nº 13.146 em seu artigo 4º, p. 3; “Toda pessoa com deficiência tem direito a igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nem uma espécie de discriminação.” (BRASIL, 2011).

A inclusão genuína não significa a inserção de alunos com deficiência em classes do ensino regular sem apoio para professores e alunos. Em outras palavras, o principal objetivo do ensino inclusivo não é economizar dinheiro: é servir adequadamente a todos os alunos. As pessoas com deficiência necessitam de instruções, de instrumentos, de técnicas e de equipamentos especializados. Todo esse apoio para aluno e professores deve ser integrado e associado a uma reestruturação das escolas e das classes. (STAINBACK & STAINBACK, 1999), p.29-30.

Assim sendo, é necessário incluir o aluno com TEA no ensino regular, pois existem táticas de inclusão e do processo de ensino-aprendizagem que auxiliam tanto os professores quanto a escola. Cada aluno, independente de sua diferença e da sua singularidade, é especial, e precisa ser respeitado como todos os outros. É necessário também que a escola e os demais integrantes que dela fazem parte se adaptem as necessidades do aluno, para que de maneira significativa possam contribuir para o seu desenvolvimento.

Dentre as recomendações para se incluir a criança com TEA, Lourenço (2010) fala que uma das principais estratégias é a formação dos professores, pois, muitos deles argumentam que a falta de uma formação continuada implica nesse processo devido ao fato de não estarem preparados nem capacitados para lidar com esse aluno. Torna-se, portanto, de grande relevância que se invista numa formação continuada para os professores para que assim possam criar práticas pedagógicas inovadoras que possam contribuir para o desenvolvimento desse aluno.

Conforme Coll; Marchesi; Palacios & Cols (2004) *apud* Leonice Pelin (2013), p.30 ;

O sistema educacional deve levar dois fatores em consideração relacionados às crianças autistas: a diversidade e a personalização. Continua os autores, que não somente a diversidade e a personalização, mas muitos outros são os fatores que devem ser levados em consideração para se definir uma orientação educativa apropriada para Transtorno do Espectro Autista e alguns fatores da escola devem ser importantes e são assim descritos como: São preferíveis as escolas de pequeno porte e número baixo de alunos, que não exijam interações de grande complexidade; São preferíveis as escolas estruturadas, com estilos didáticos mais diretivos e formas de organização que tornem possível as atividades escolares; Tem que ter fundamentalmente compromisso efetivo do conjunto de professores e dos professores concretos que atendam a criança com Transtorno Espectro do Autismo; É necessário a escola ter recursos complementares e especialmente psicopedagogas (os) com funções de orientação; É importante também proporcionar pistas aos colegas da criança autista para que haja compreensão e apoio de suas aprendizagens e relações.

Ainda em consideração às práticas pedagógicas viáveis para crianças com TEA, compreende-se que é necessário e possível flexibilizar o currículo escolar de modo a adequar os conteúdos de acordo com as necessidades do aluno, a escola deve demonstrar sensibilidade às necessidades do aluno e habilidade para planejar com a família o que deve ser feito ou continuado em casa, os professores devem estar cientes de que inclusive a avaliação da aprendizagem deve ser adaptada, e os mesmos conscientes de que para o TEA, conhecimentos e habilidades possuem definições diferentes. (CUTLER 2000 *apud* SERRA 2010).

Posto isto, entende-se que de fato é Lei que a escola inclua a criança com TEA, porém, as dificuldades a serem encontradas no decorrer deste caminho são diversas, principalmente pela falta de uma formação adequada para os professores. Conforme ressalta Uchôa (2015), mesmo com essas dificuldades, é necessário incluir esse aluno, de forma a proporcionar a ele as mesmas oportunidades dadas aos demais, para que tanto os colegas, a escola e a sociedade o aceitem.

Compreende-se então que existem diferentes formas de se trabalhar com a criança diagnosticada com TEA, isso só dependerá do empenho da escola e da criatividade de cada professor.

5 Considerações finais

Após os estudos feitos considerou-se que o Transtorno do Espectro do Autismo sendo uma síndrome bastante singular é um distúrbio do desenvolvimento que compromete a comunicação e interação social e apresenta diversos sintomas, tais como comportamentos restritivos e repetitivos com aparecimento nos primeiros anos de vida. Mediante aos fatos apresentados, pôde-se compreender também que a criança com TEA, além de apresentar um comportamento singular em relação as que não apresentam esse transtorno, existe uma gradação que vai do nível leve ao grave e que demonstra certa dificuldade de relacionamento merecendo um olhar diferenciado dos educadores.

Compreendeu-se aqui que a educação inclusiva é um ato de acolher todo o indivíduo independente de sua diferença na rede regular de ensino, e que as dificuldades durante esse processo são diversas, e que a maioria das escolas ainda sofre mediante a realização de inclusão destas crianças, porém, constatou-se que existem formas educacionais para que essa inclusão seja realizada de forma significativa contribuindo com desenvolvimento da criança.

As maneiras de inclusão de uma criança com TEA parte do envolvimento de toda a escola preparando para receber este aluno, são necessários planejamentos adequados e uma equipe capacitada dentro do sistema escolar. Formação continuada para os professores, para que os mesmos não se sintam incapazes de trabalhar com estas crianças, e assim, busquem alternativas que contribuam para o desenvolvimento intelectual da criança e o ajude na interação com os demais colegas.

Posto isso, compreende-se que inclusão da criança com TEA no ensino regular, como qualquer outra criança, não implica somente em inserir o aluno na sala de aula, mas ofertar condições para que a criança seja sujeito no processo educacional, participando das atividades e desenvolvendo tanto o cognitivo quanto o social. A escola deve construir novas formas de aprendizagem, compreendendo e respeitando o tempo desta criança. Espera-se então pelo esforço e comprometimento dos educadores e pela implementação de políticas educacionais que apoiem todas as formas de inclusão.

Referências

- BAPTISTA, Cláudio Roberto. BOSA, Cleonice. & COLS. **Autismo e Educação: Reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, p.22-26, 179p. 2002.
- BRASIL. **Atos do Poder Legislativo**. Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. p.6-37
- BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição Federativa do Brasil, Brasília, DF: Câmara dos Deputados: 35ª Ed. 454p. 2012.
- BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton. **Por um outro amanhã: apontamentos sobre aprendizagem histórica. Sobreontens**. Edição Especial, Ebook, 2016. Disponível em: <<http://www.revistasobreontens.blogspot.com.br/>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília. MEC, SEB, DICEI, 2013.
- DSM-V: **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno - DSM-5** / [American Psychiatric Association, trad. Maria Inês Corrêa Nascimento, et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... [et al.]. Porto Alegre: Artmed, 2014. xlv, 948 p.; 25 cm.
- FROEBEL, Friedrich. **O formador das crianças pequenas**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/96/friedrich-froebel-o-formador-das-criancas-pequenas/>>. Acesso em 29 de setembro de 2017.
- LEBOYER, Marion. **Autismo Infantil: Fatos e Modelos**. São Paulo: Papirus 7ª Ed. p.7-9,191p. 2009.
- LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva**. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto, MG 2010. 88p.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN s)**. Brasília, 1996.
- NEGRINE, Airton; MACHADO, Mara Lúcia Salazar. **Autismo infantil e terapia psicomotriz: estudos de casos**. Rio Grande do Sul: ABDR, P.15-20, 2004.
- PELIN, Leonice. **Estratégias para a Inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista**. 2013. 43f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/4458>>
- SERRA, Dayse. **Sobre a inclusão de aluno com autismo na escola regular**. Quando o campo é quem escolhe a teoria. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 1 n. 2,176p, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/download/66/65&ved=0ahUKEwiW5vXmhoLXAhXFFZAKHelQBT8QFgg_MAE&usq=AOvVaw01aB-WbS488BmPCy2B9d-l> Acesso em 21 de outubro de 2017.

Série “Autismo: Universo particular” no Fantástico. Disponível em:
<<https://youtu.be/OvFNiFQuGPA>> Acesso em 23 de setembro de 2017.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão - Um Guia para Educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999. 456p.

UCHÔA, Yasmin Figueiredo. **A criança autista na educação infantil: Desafios e possibilidades na educação inclusiva.** 2015. 41f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de licenciatura plena em Pedagogia) Universidade Federal do Paraíba, Campina Grande – PB, 2015. Disponível em:
<<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1/PDF-YasminFigueiredoUchôa.pdf>> Acesso em 15 de outubro de 2017.